



ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ORIENTADORES APLICÁVEIS AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Autor(res)

Claudia Facioli Bazi
Alan Fabio Beluzzo
Jose Carlos Rocha Marinho
Alexandre Rodrigues Farofa
Helenara Yasmin Borges
Tainan Michele Borges Lemos
Taís Machado
Ducilene Fatima Basso
Ketlhen Alves
José Cesar Paludo

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE ERECHIM

Resumo

Para que o acesso à justiça e a resolução da lide se desenvolva de forma mais célere, o instituto do Juizado Especial foi incluído no texto constitucional de 1.988, e regulamentado pela Lei nº 9.099/95. Sendo assim, para cumprir seu papel a referida lei traz, em seu artigo 2º, os seguintes princípios: “[...] oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade [...]”. (BRASIL, 1995).

Nota-se que a obediência aos princípios torna o processo mais simples, com maior democratização e agilidade nas causas de menor impacto econômico, propiciando ao cidadão o acesso à justiça de forma efetiva.